

Jornal da

Ano 6 - Nº 47 - setembro 2006
Secção Pernambuco

OAB

PERNAMBUCO

Impresso
Especial

406500888-2/2002-DR/PE

OAB

CORREIOS

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA

...CORREIOS...

Afogados da Ingazeira



Jaboatão dos
Guararapes



Bodocó



Ferreiros



Trindade



Chã Grande



Ipojuca



São José do Belmonte



Triunfo



Limoeiro



Pombos



Belém do São Francisco



São José do Egito



Informatização e novas salas:

mais que uma necessidade,
um compromisso permanente

Em 2006, passada a euforia da Copa de Futebol da Alemanha, quando se aguardava um hexacampeonato que não chegou, a prioridade da opinião pública interna centra-se, ainda que não com o mesmo interesse (por razões evidentes), nas eleições gerais marcadas para outubro, as primeiras após os devastadores escândalos do mensalão e da compra superfaturada de ambulâncias.

É o momento de colocar à prova os ungidos pelo último sufrágio e de procurar avaliar o que cada um fez e como desempenhou o mandato que lhe foi outorgado nas urnas, esteja ele ou ela ocupando um assento na Câmara dos Deputados, no Senado, nas assembleias ou seja governador, além, é claro, do próprio presidente da República, comandante-chefe da mesma embarcação.

Para a categoria dos advogados, 2006 assinala, com a mesma força, uma segunda significação, haja vista que os mais de 500 mil homens e mulheres que a compõem deverão comparecer às urnas, também, para escolher os seus dirigentes de classe, tanto no Conselho Federal, em Brasília, como nos Conselhos Seccionais, nos Estados, processo cuja deflagração se dá a cada três anos.

A tarefa, em quaisquer dos casos, não é fácil. Afinal, como se sabe, o Brasil tem assistido a um cenário de crescentes demandas sociais, para cuja mediação não raro é chamada a atuar a OAB, considerada em pesquisas como uma das instituições mais respeitadas do país, ao lado da imprensa e da Igreja.

Da Ordem se espera, em um país com os problemas e as carências do Brasil, cada vez mais.

Aguarda a classe que os futuros escolhidos pela advocacia nacional lhe conduza os rumos numa realidade de contínuas violações às prerrogativas declinadas em lei, mas que poucos, encastelados nos desvãos do

poder, insistem em apelar de privilégios, cegos pela própria ignorância.

Isso porque esquecem tais pessoas de que as prerrogativas do advogado são, antes de tudo, a garantia máxima que a norma confere ao cidadão, na defesa de seus direitos, contra o arbítrio do Estado.

Nesse prisma, as invasões policiais a escritórios, voltadas para o cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão, não raro vêm se transformando em autênticos circos dos horrores, descambando com frequência para o acaque e o abuso, abarrotando de queixas as Comissões de Defesa das Prerrogativas das Seccionais, isto, pasme, em plena democracia!

E o que falar da advocacia em início de carreira, que, apesar de iniciativas elogiáveis como as dos escritórios-modelo, bancos de estágios e unidades escalonadas, persiste a sofrer as agruras de um mercado impiedoso, mormente no Nordeste, ante a instalação de filiais de grandes escritórios do Sudeste, que cobram quantias irrisórias pelo acompanhamento de processos, buscando com isso cooptar, via malas-diretas, clientela de outrora?

É chegada a hora, portanto, em ambas as eleições aqui lembradas, de recusar aventureiros, falsos profetas e pseudo-salvadores-da-pátria; de avaliar resultados, planejar o amanhã, de discutir idéias, propostas, possibilidades e perspectivas. Não há espaço para dossiês caluniosos, ataques pessoais, denunciismo inconsequente. Que, portanto, a certeza do voto como agente indutor de transformações prevaleça e que, em ambos os casos acima citados, possa o eleitor jamais esquecer: votar certo é votar com critério, com a cabeça, com bom senso. Saibamos, pois, escolher. E celebremos, em alto e bom som, a democracia pela qual tantos já sucumbiram, silenciados pelas baionetas.

Nota de falecimento



O mundo jurídico e político, consternado, chora a perda do grande homem público e figura humana que foi o doutor José do Rego Maciel, pai do atual senador, ex-governador, ex-ministro de Estado e ex-vice-presidente da República Marco Maciel. O velório ocorreu no hall do Palácio do Campo das Princesas e a missa de sétimo dia na capela do Colégio Salesiano.

Inscrito na OAB-PE com o número 240-D, desde 30 de março de 1933, o doutor José do Rego Maciel, entre outros cargos de vulto que exerceu na vida pública, foi procurador do Estado e prefeito da cidade do Recife. À família, as condolências dos que fazem a OAB-PE, em nome de toda a classe.

Jornal da **OAB**

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 Sta. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.1012 Fax: (81) 3424.1012
www.oabpe.org.br
e-mail: oabpe@oabpe.org.br

Coordenador-geral: Gustavo Freire
Conselheiro Estadual
Produção: Assessoria de Imprensa da OAB-PE
Via Mídia Comunicação e Imprensa

Jornalista responsável: Eliana Victória
DRT / MS 167
Textos: Jornalistas - Ondine Bazzera, Mirela Sá e Gabriela Ribeiro
Estagiários - Jorge Cavalcanti e Everton Menezes
Fotos: Beto Dantas
Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa
Comercial: Raymunda Pires - Fone: 9153.3353
raymunda.pires@ig.com.br
Impressão: CCS - Gráfica Editora
Tiragem: 17.500 exemplares

Relação do Conselho OAB-PE Triênio 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: Júlio Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Secretário-Geral: Taciano Domingues da Silva
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Bantos de Lacerda

CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa
Almira Nunes da Silva
Aluisio Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
Anastácia de Alcântara Brito
Cleodion Fonseca
Daniel Lima Araújo
Djair de Souza Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Edvaldo Santana da Silva
Elaine Maranhão Barbosa
Erik Limongi Saal
Francisco José de Araújo Gonçalves
Glória Maria Pontual de Moraes Oliveira
Graça Maria Barão Corrêa Paz
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Manos
Hélio Gurgel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
Hermes Bezerra de Brito Júnior
João Pinheiro Lins
José Alberto de Lima Filho
José Martins de Melo
José Milton Monteiro de Figueiredo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Lúcia Helena Pinheiro Lins
Manoel Luciano Silva de Lima
Marinaldo José Penzoto
Marily Regalado da Silva
Mércio Murilo de Siqueira Barbosa
Nely Moraes Pinheiro
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Orthonel Furtado Gueiros Neto
Paulo César Andrade Siqueira
Renato Santos Pinheiro Filho
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Pellegrino de Azevedo
Sílvia Neves Baptista Filho
Virgínia Augusta Pimentel Rodrigues
Waldomiro Santos Evangelista

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Junior
Ottávio de Oliveira Lobo
Dorany de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluisio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademar Rigueira Neto
Aluisio José de Vasconcelos Xavier
Claudio Soares de Oliveira - Ferreira
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
José Joaquim de Almeida Neto
Marcelo Antônio Bandeira Lopes
Ubirajara Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidente: Tadeu Sávio Souza de Lira
Secretários: Adilson Coelho de Araújo Filho
Secretário-Adjunto: Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo
Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUY DA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretora de Comunicação: Inah Mouy Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior (Licenciado)
Presidente em Exercício: Djair de Souza Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Elaine Maranhão Barbosa
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

Semana Estadual da Pessoa com Deficiência



Representantes da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB-PE participaram, no fim de agosto, da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência. Com o tema "Acessibilidade: direito de todos, dever do Estado, responsabilidade de cada um", o evento mostrou o quanto é possível perseverar na construção de uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos.

A programação foi aberta no Parque da Jaqueira, no Recife, com a

chamada "Calçada Pedagógica", uma área com 6,5 metros de comprimento apresentando os obstáculos muitas vezes enfrentados pelos deficientes nas vias da cidade.

Na ocasião, representantes da OAB-PE distribuíram folhinhos com orientações sobre as leis de acessibilidade.

Segundo o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB-PE, Fernando Van Der Linden, é preciso não apenas remover as barreiras físicas presentes nas ruas, propiciando uma acessibilidade efetiva, mas também promover a conscientização da sociedade para a questão, sob o olhar dos portadores de deficiência.

A programação, que ocorreu durante toda a semana, foi bastante diversificada e incluiu palestras, exibição de filmes, oficinas de arte, caminhadas e rodadas de conversas.

Abertura dos arquivos da ditadura



A Comissão de Cidadania da OAB-PE participou, no último dia 28 de agosto, de um manifesto em prol da abertura dos arquivos da ditadura militar (1964/1984). O ato ocorreu diante do monumento "Tortura Nunca Mais", na Rua da Aurora, Centro do Recife, e reuniu mais de 50 pessoas, além de integrantes de movimentos políticos e estudantis, organizações não-governamentais, sindicais e sociedade civil.

O manifesto foi uma iniciativa da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos

(Apap) e lembrou os 27 anos de assinatura do decreto de anistia pelo então general-presidente João Baptista Figueiredo, em 28/8/1979.

Na ocasião, foram homenageados Luiz José da Cunha, conhecido como "Comandante Crioulo", torturado e morto em 13 de julho de 1973, e o agricultor Manuel Gonzalo Ferreira, primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), vítima de bala perdida durante um assalto na cidade de Moreno, em maio deste ano.

Segundo a vice-presidente da Comissão de Cidadania da OAB-PE, Andréa Karla Vasconcelos, "o manifesto é um ato de cidadania que reforça a luta pelos nossos direitos". Para ela, é de fundamental importância o apoio jurídico aos familiares dos anistiados, que reivindicam

indenizações ao governo do Estado. A comissão, que existe desde 1994, é composta atualmente por 18 integrantes.

"Esse manifesto vem lembrar um pedaço da história do Brasil que não pode ser esquecido. Muita gente sofreu e morreu em busca de novos ideais, por isso temos que lutar pela memória de cada vítima, conscientizando a nova geração", enfatizou o presidente da Apap, Antônio de Campos.

O ato público terminou com a apresentação do Grupo Teatral Amigos para Sempre, formado por 20 jovens do município de Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife. Eles encenaram um musical com a mensagem de que resquícios da ditadura ainda existem e precisam, cada vez mais, ser denunciados e combatidos.

Defensores públicos escolhem comarcas para iniciar atividades

A escolha – de caráter democrático – aconteceu no auditório da OAB-PE, no dia 11 de agosto. 45 dos 804 defensores públicos aprovados em concurso público em junho deste ano foram chamados para atuar nas comarcas da RMR e interior do Estado.

Participaram do encontro o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Pernambuco, Edmundo Siqueira Campos; o defensor público-geral do Estado, Joaquim Bené Godoy; a subdefensora-geral do Estado, Elda Caldas; o subdefensor público da Região Metropolitana do Recife, Antônio Carlos Cirilo Carvalho; o corregedor-geral da Defensoria Pública, José Antônio Torres; o diretor-tesoureiro da OAB-PE, Edmundo de Lacerda; o secretário executivo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado, Adriano Cordeiro e a chefe do Núcleo de Abreu e Lima da Defensoria Pública, Maria do Socorro Banja.

De acordo com Elda Caldas, existe hoje



uma forte carência da atuação da Defensoria Pública em muitas comarcas do interior. Segundo ela, "municípios do Sertão, Agreste e Zona da Mata Sul e Norte são os mais deficientes na falta de atendimento jurídico". Não são raras, por sua vez, as comarcas que não têm juízes e, por isso, termina ficando inviável deslocar os defensores públicos para tais regiões. "Não adianta ter defesa se não tem quem julgue", ressaltou Caldas.

O defensor público tem como função primordial defender o cidadão hipossuficiente, ou seja, aquele que não tem dinheiro para pagar

um advogado privado, no acesso à Justiça. No entanto, para a subdefensora-geral do Estado, Elda Caldas, esse quantitativo ainda é muito pequeno e não supre as necessidades das comarcas.

No prazo de 30 dias, os novos defensores públicos serão nomeados e a partir daí terão mais um mês para o treinamento.

Começa em outubro a II Copa de Futebol Society. Escolha seu time, participe. Informações na sede da OAB-PE.

Pastoral da Criança, 20 anos em Pernambuco: exemplo de solidariedade



“Acredito que a melhor forma para salvar a vida de uma criança é fortalecer a base de tudo – a família.”

Zilda Arns

Para todos os que acreditam e sonham com um país melhor, sonho, aliás, mais que possível, um país, enfim, no qual a valorização do ser humano comece já na infância, a partir de perspectivas reais de futuro, com saúde e educação de qualidade, os 20 anos que completa em 2006 a Pastoral da Criança em Pernambuco são motivo para as mais justas e merecidas comemorações.

Seguindo nessa trilha e como prova do reconhecimento pelo belíssimo trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança em nosso Estado, a OAB-PE prestou, uma homenagem emocionante à fundadora e coordenadora nacional da entidade, Zilda Arns Neuman, com a outorga da medalha “Heróicas de Tejucupapo”, que a homenageada recebeu da presidente da Comissão da Mu-

lher Advogada da OAB-PE, Marileide Nunes.

A honraria é concedida todos os anos às mulheres que são consideradas exemplo e referência viva de garra, obstinação e coragem na luta por uma sociedade mais tolerante e igualitária. Tejucupapo, é uma comunidade localizada no município de Goiana, Mata Norte de Pernambuco, na qual um grupo de bravas mulheres derrotou as tropas holandesas na época da ocupação batava.

Zilda Arns é, por formação, médica pediatra e sanitária, irmã do ex-cardeal de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns e, há 23 anos, está à frente da Pastoral da Criança. A organização nasceu com o fim de buscar reduzir a mortalidade infantil causada por doenças que poderiam, se tratadas de modo eficaz, ser prevenidas facilmente.

Atualmente, a pastoral promove diversas ações e projetos nas áreas da saúde, do desenvolvimento integral da criança, do combate à violência familiar e da diminuição da desigualdade social.

Como ser voluntário da Pastoral da Criança

No Brasil, 74% das paróquias e dos municípios já receberam a Pastoral da Criança, beneficiando milhares de pequenos com trabalhos sociais e educacionais; são 265 mil voluntários. Em Pernambuco, 12 mil voluntários estão engajados nessa ação solidária, atendendo mais de 100 mil crianças.

Os interessados em participar das ações realizadas pela Pastoral da Criança em Pernambuco podem entrar em contato com a coordenação estadual da entidade pelos telefones (81) 3231-4286 e (81) 3223-1247 ou, se preferir, dirigir-se pessoalmente à paróquia de seu bairro. Mais informações no site: www.pastoraldacrianca.org.br ou pelo e-mail: pastcri@pastoraldacrianca.org.br

Doações:

Banco do Brasil - Agência 1244-0 - Conta Corrente 23889-9
Banco HSBC - Agência 0058 - Conta Corrente 12345-53

Entrevista com Zilda Arns

Jornal da OAB-PE – Como surgiu o projeto da Pastoral da Criança?

Zilda Arns - É uma longa história o início da Pastoral da Criança. Eu, como médica pediatra, tinha muita vontade de ensinar as mães a prevenir doenças e tantas violências que eu via em relação às crianças. E quando dom Paulo Evaristo Arns, meu irmão, foi a Genebra, numa reunião da ONU sobre a paz, James Grant, que era diretor executivo do Unicef na época, disse a ele que a Igreja Católica poderia reduzir muito a mortalidade infantil se ensinasse

as mães a preparar o soro caseiro, que era considerado o maior avanço da medicina no século. E dom Paulo me telefonou e perguntou: “O que você acha?” Eu falei: “Não é só soro caseiro, tem que ensinar gestação, aleitamento materno e tantas outras coisas”. E aí a CNBB pediu que eu começasse numa paróquia, e dom Geraldo Majella Agnello, que hoje é cardeal da Bahia, era arcebispo em Londrina. Então a primeira comunidade foi a arquidiocese de Londrina, em Florestópolis, que era o município, na época, com maior morta-

lidade infantil. Nós conseguimos reduzir, em um ano, de 127 para 28 mortes por mil nascidos. Cada criança e cada gestante tinham um líder acompanhando. Foi um trabalho muito bem-sucedido e começou a se expandir pelo Brasil. Aqui no Nordeste nós fomos para o Maranhão, Maceió... Pernambuco demorou um pouco mais por causa da morte de dom Lamartine e começou três anos depois.

Jornal da OAB-PE – Como foi possível colocar este projeto em prática?

A OAB-PE solidariza-se aos movimentos sociais e já solicitou do TJPE a criação e instalação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como órgão da Justiça Ordinária com competência civil e criminal. O presidente, Júlio Oliveira, espera que os Juizados tenham uma equipe de atendimento multidisciplinar, com profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Zilda Arns - Nós organizamos a comunidade em primeiro lugar. Depois são identificados líderes comunitários, sejam católicos ou não. Estes, quando aceitam trabalhar voluntariamente, são capacitados. Nós temos o guia do líder, com pelo menos 44 horas de capacitação para começar o trabalho. Depois nós temos muitos outros tipos de formação contínua. E esses líderes têm como missão de fé e vida multiplicar o saber e a solidariedade. Eles visitam as famílias em tratamento e fazem reuniões para saber como superar problemas de crianças que os pais não têm condições de assumir.

“A pastoral tem tido sucesso aonde vai, inclusive áreas indígenas, quilombolas, em favelas, áreas rurais, áreas urbanas precárias.”

Jornal da OAB-PE – Quais os locais onde a Pastoral da Criança atua?

Zilda Arns - A pastoral tem tido sucesso aonde vai, inclusive áreas indígenas, quilombolas, em favelas, áreas rurais, áreas urbanas precárias. E estamos também em 16 outros países. Na África, estamos em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Na Ásia, em Timor Leste e nas Filipinas. Fui visitar Timor Leste na semana passada, estamos com cerca de oito mil crianças e o governo está muito interessado em ajudar a Pastoral da Criança porque, aonde a pastoral vai, melhoram as relações humanas. Estamos na América Latina em praticamente todos os países, na América Central também. Estamos em Honduras, Guatemala,

República Dominicana, México, Panamá. E a América do Sul, Colômbia e Paraguai se distinguem por ter há mais tempo os trabalhos da pastoral implantados, mas os outros países estão trabalhando.

Jornal da OAB-PE – Qual a importância dessa medalha?

Zilda Arns - Fiquei muito emocionada em ser condecorada com a medalha Heroínas de Tejucapapo porque eu julgo que a OAB tem levado com muita seriedade os trabalhos desenvolvidos. Acho que a instituição pode atuar na área da criança e juventude, pode lutar para que os direitos das crianças se cumpram. A gente tem que prevenir e não ficar só na cura e reabilitação. Eu propus à OAB que ela levasse ao Congresso uma motivação para fazer com que as escolas propiciem música, arte e esporte às crianças, porque isso complementa as ações humanas e a educação.

Orquestra Criança Cidadã



Durante a visita da coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, quem estava no auditório da OAB-PE acabou presenteado com uma comovente apresentação da Orquestra Criança Cidadã, formada por crianças carentes da comunidade do Coque, uma das áreas mais violentas do Recife.

Maestro Cussy de Almeida

“Eu acho que a OAB tem um papel fundamental não só em Pernambuco, como também no Brasil inteiro, porque é uma entidade formadora de opinião e tem credibilidade. A Ordem tem força e pode insistir junto aos governos para tratar a criança de uma forma diferenciada. Já está na hora de se pensar melhor na educação das crianças. Nós estamos gastando muito dinheiro com o crime, mas não se pensa em gastar dinheiro com um trabalho de prevenção. No Brasil a gente gasta dinheiro com o efeito e não com a causa. Por isso, o apoio da OAB nesse sentido é muito importante. Queremos que o ensino da música volte à escola não para formar músicos simplesmente, mas para a formação do ser humano.”



Trazendo consigo instrumentos de corda, violinos e violoncelos, e com menos de três semanas de aula, um grupo de 17 músicos infantis, integrantes da “Orquestra Criança Cidadã”, regida pelo maestro Cussy de Almeida, executou, para uma plateia maravilhada, a canção do folclore americano “Brilha, brilha, estrelinha”, encerrando com chave de ouro a solenidade.

Detalhe: as crianças em questão estavam havia menos de 15 dias engajadas no “Projeto Criança Cidadã”, uma iniciativa digna de aplausos e que, basicamente, se propõe a cuidar da formação e do crescimento saudável de mais de cem meninos e meninas em situação de risco moradores da comunidade do Coque.

O projeto é coordenado pelo juiz corregedor do TJPE João Targino e tem como mentor e principal entusiasta o desembargador (hoje aposentado) do Tribunal de Justiça Nildo Nery dos Santos.

Anuidade: 0% de aumento.

Adimplência 100%: vista essa camisa você também!

Advogado, pague em dia a sua anuidade. Ajude a construir uma OAB cada vez mais forte.

OAB-PE Defende Prerrogativas dos Advogados

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 7º, inciso I do Estatuto da Advocacia e da OAB, é direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

considerando, ainda, ser direito do advogado ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB (artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado ORLANDO CORREIA DE CARVALHO, inscrito na OAB-PE sob o nº 8.409, pela forma como foi deferida a medida liminar de busca e apreensão no seu escritório pelo juiz de direito da 13ª Vara Criminal do Recife, ALFREDO HERMES BARBOSA DE AGUIAR NETO.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO
Presidente do Conselho Seccional

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 6º da Lei Federal nº 8.906/94, não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos;

considerando que o parágrafo único do mesmo artigo 6º assevera que "as autoridades, os servidores públicos e os serventuários da Justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho";

considerando ser direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado AGNELO LIMEIRA DOS MILAGRES MONTEIRO, inscrito na OAB-PE sob o nº 16.553, pelos atos praticados pelo promotor de justiça ÉDIPO SOARES CAVALCANTE FILHO.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO
Presidente do Conselho Seccional

Prerrog

O artigo 6º do Estatuto da Advocacia e da OAB, em seu parágrafo único, estabelece que advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos.

Defendendo essa máxima, a OAB-PE tem sido intransigente com os advogados pernambucanos, uma das prioridades da atual gestão.

Na defesa dessas prerrogativas, o Conselho Seccional aprovou a defesa de autoridades constituídas a normas elementares contidas no Estatuto da Advocacia e da OAB, como o sargento de polícia, um prefeito e um promotor de justiça.

Os advogados desagravados são José Américo Monteiro de Menezes, Leonardo Azevedo Saraiva, Bruno Romero Pedrosa Monteiro e Agnelo Lima dos Milagres Monteiro.

O relator dos processos, o conselheiro Gustavo Matos, destacou a importância da defesa das prerrogativas: "A Ordem tem demonstrado que não se pode permitir que alguma autoridade constituída atente contra um advogado, seja ele vítima ou ofensor, assim como encaminhará as medidas necessárias ao respeito mútuo".



O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 6º da Lei Federal nº 8.906/94, não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos;

considerando que o parágrafo único do mesmo artigo 6º assevera que "as autoridades, os servidores públicos e os serventuários da Justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho";

considerando ser direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado LEONARDO AZEVEDO SARAIVA, inscrito na OAB-PE sob o nº 24.034, pelos atos praticados pelo sargento SOREL WARNER FERREIRA SANTOS.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO
Presidente do Conselho Seccional

gativas

o único, garante que "não há hierarquia nem subordinação entre advogados, não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos".

io vem medindo esforços para coibir ofensas às prerrogativas dos advogados. Por unanimidade, o desagravo de seis advogados vítimas do desrespeito ao direito da Advocacia e da OAB. Entre os ofensores, estão dois juízes, um

es Sobrinho, Agnelo Limeira dos Milagres Monteiro, Ivan Portela de Carvalho e Orlando Correia de Carvalho.

importância das decisões, reafirmando o compromisso da OAB-PE na defesa da honra e da dignidade da profissão dos advogados. Sempre a OAB repudiará a conduta e prestará toda a solidariedade ao advogado ofendido, defendendo a dignidade da profissão e a punição do ofensor, como decidido nos autos que julgamos".

Dos seis desagravos deferidos, dois já foram realizados em sessão pública presidida por Júlio Oliveira, presidente da OAB-PE, em frente ao Fórum de Caruaru, na presença de vários advogados e estagiários. Na ocasião, um dos desagravados, o advogado José Américo, ressaltou que o ato serviu para restabelecer a verdade com relação à sua conduta profissional e para fortalecer o exercício pleno da advocacia. Só tenho a agradecer a atuação da OAB por cumprir o compromisso de defender as prerrogativas dos advogados".

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 6º da Lei Federal nº 8.906/94, não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos;

considerando que o parágrafo único do mesmo artigo 6º assevera que "as autoridades, os servidores públicos e os serventuários da Justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho";

considerando ser direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado IVAN PORTELA DE MACÊDO, inscrito na OAB-PE sob o nº 19.938, pelos atos praticados pelo prefeito do município de Bezerros, MARCONE DE LIMA BORBA.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Conselho Seccional

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 6º da Lei Federal nº 8.906/94, não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos se tratar com consideração e respeito recíprocos;

considerando que o parágrafo único do mesmo artigo 6º assevera que "as autoridades, os servidores públicos e os serventuários da Justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho";

considerando ser direito do advogado ingressar livremente: a) nas salas das sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados; b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares; c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado (artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 8.906/94); e exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado JOSÉ AMÉRICO MONTEIRO DE MORAES SOBRINHO pelos atos praticados pelo então juiz da propaganda eleitoral de Caruaru, SILVIO PAZ GALDINO DE LIMA.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Conselho Seccional

O CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO,

considerando que, a teor do artigo 7º, inciso I, do Estatuto da Advocacia e da OAB, é direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

considerando, ainda, ser direito do advogado ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB (artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94);

considerando, por fim, ser direito do advogado ser publicamente desagravado quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela (artigo 7º, inciso XVII, do EAOAB);

decide DESAGRAVAR publicamente o advogado BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, inscrito na OAB-PE sob o nº 11.338, pela forma como foi deferida a medida liminar de busca e apreensão no seu escritório pelo juiz de direito da 13ª Vara Criminal do Recife, ALFREDO HERMES BARBOSA DE AGUIAR NETO.

Recife, 31 de agosto de 2006.

JÚLIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO

Presidente do Conselho Seccional

Advogado, a atualização de seus dados cadastrais e o pagamento de sua anuidade são imprescindíveis. Procure a sede da OAB-PE

Programação de Outubro e Novembro-2006

Outubro

16 e 17 (Segunda e Terça)
GRUPOS DE ESTUDO
18h30 - TRIBUNAL DO JÚRI
Gustavo Freire - Advogado e
conselheiro da OAB-PE

17 e 19 (Terça e Quinta)
OFICINA DE PETIÇÕES
14h30 - AÇÃO DE
USUCAPIÃO
Consuelo Callou - Advogada

21 e 28 (Sábados)
CURSO
9h - RESPONSABILIDADE
CIVIL DO CONSTRUTOR
Carnot Leal Nogueira -
Advogado, engenheiro civil, perito
judicial.
M.Sc. e Ph.D. em engenharia
estrutural pela Universidade do
Colorado, EUA.

23 e 25 (Segunda e Quarta)
GRUPOS DE ESTUDO
18h30 - CONSTITUIÇÃO DE
SOCIEDADE LIMITADA
Antônio Renato Rocha -
Advogado

24 e 26 (Terça e Quinta)
OFICINA DE PETIÇÕES
14h30 - JUIZADO ESPECIAL
- PENAL
Mariângela Pereira - Advogada e
professora universitária

7 e 9 (Terça e Quinta)
OFICINA DE PETIÇÕES
14h30 - JUIZADO ESPECIAL DO
CONSUMIDOR
Emmanuelle Beltrão - Advogada e
professora universitária

8 (Quarta)
PALESTRA
14h30 - A COMPOSIÇÃO
EXTRAJUDICIAL DOS
CONFLITOS DE TRABALHO
Fernanda Santos Borba - Advogada,
professora de direito do trabalho,
especialista pela OIT

Novembro

6 e 8 (Segunda e Quarta)
GRUPOS DE ESTUDO
18h30 - DEFESA TIBUTÁRIA
Adonias Santos Costa - Advogado e
conselheiro estadual da OAB-PE

14 e 16 (Terça e Quinta)
OFICINA DE PETIÇÕES
14h30 - JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL
Alexandre Bartilotti - Advogado e
professor universitário

SERÃO CONFERIDOS CERTIFICADOS

INFORMAÇÕES: (81) 3224-7282 e 3224-2425 - email: secretariacsa@oabpe.org.br

Saúde é causa grande e a CAAPE sabe muito bem disso.

Se você está inscrito na seccional e com anuidade em dia, marque sua consulta pelo 81 3231.4121.

AMBULATÓRIO MÉDICO

CARDIOLOGIA Dr. Roberto de V. C. Campello
3ª e 4ª Feira - 14h a 18h

CLÍNICA Dr. Vicente L. V. da Costa
4ª Feira 12h a 15h | 5ª Feira 11h30 a 14h30 | 6ª Feira 12h a 14h

GINECOLOGIA Dra. Martia Carolina de O. Pinto
3ª Feira - 14h a 18h | 5ª Feira - 8h a 12h

GERIATRIA Dra. Ana Maria Wanderlei
2ª Feira - 12h a 14h | 6ª Feira - 8h a 14h

PROCTOLOGIA Dr. José Figueiroa Filho
2ª e 4ª Feira - 8h a 12h

OFTALMOLOGIA Dr. Romulo C. de C. Belfort
2ª e 6ª Feira - 9h a 13h

AMBULATÓRIO ODONTOLÓGICO

DENTÍSTICA Dra. Ana Cristina U. M. Soares
2ª, 3ª, 4ª e 6ª Feira - 8h a 11h | 5ª Feira - 14h a 17h

ODONTOPEDIATRIA E DENTÍSTICA Dra. Patrícia F. A. Massa
2ª e 3ª Feira - 13h a 18h | 5ª Feira - 8h a 13h

PERIODONTIA E ENDODONTIA Dra. Romeika V. Neves
2ª Feira - 8h a 13h | 4ª e 6ª Feira - 13h a 18h

BUÇO MAXILO, DENTÍSTICA, ENDODONTIA, PERIODONTIA E ODONTOPEDIATRIA Dra. Cibelle C. Cavalcante
4ª, 5ª e 6ª Feira - 8h a 13h



Não importa a distância: onde estiver o advogado, a OAB se fará presente

É com esse pensamento que a diretoria da OAB Pernambuco não tem poupado esforços para buscar, modernizar e informatizar as diversas Salas dos Advogados na Região Metropolitana e no interior, integrando cada vez mais os profissionais do Direito com o mundo digital.

Em 30 meses, foram inauguradas 56 salas; só este ano, foram entregues 21 unidades, sendo 12 inauguradas só no mês de setembro, sem falar das instalações dos sistemas de climatização e informatização.

As salas vão além de um ponto de apoio para os advogados e estagiários de Direito; são um espaço físico, uma maneira de a Ordem se fazer ainda mais

presente em cada fórum e cidade onde advogados e advogadas lutam por uma justiça célere.

“O que foi inaugurado não foi apenas um espaço”, ressalta o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira. “Ao longo de três semanas, percorremos diversas cidades para transformar um compromisso assumido por mim em realidade, dando a certeza, a cada um dos profissionais do Direito que atuam no interior, de que eles não estão sozinhos.”

Além da diretoria da Seccional pernambucana (presidente Júlio Oliveira, vice-presidente Eduardo Sertório, secretária-geral adjunta Rosário Vaz, dire-

tor-tesoureiro Edmundo de Lacerda), a intensa maratona de inaugurações, reuniões, palestras e lançamentos de livros contou, também, com as presenças dos conselheiros seccionais Nelson Barbosa, Gustavo Matos e Eliane Maranhão; da diretora de comunicação da Escola Ruy Antunes, Inah Moury Fernandes; do ex-conselheiro federal e ex-conselheiro seccional Everardo Gueiros Neto; dos professores da ESA Paulo Rodolfo de Rangel Moreira Neto e Antônio Carlos Palhares Moreira Reis; salientando, por fim, a participação não menos marcante, em cada evento, de integrantes das respectivas diretorias das Subseções.

Inaugurações e informatização



Cabo de Santo Agostinho

Dia - 24 de agosto
Sala dos Advogados Wilson José de Lyra
Local - Fórum da Justiça Comum



Ipojuca

Circunscrição do Cabo de Santo Agostinho
Dia - 24 de agosto
Sala dos Advogados Otávio Anselmo dos Santos
Local - Fórum da Justiça Comum



Triunfo

Circunscrição de Serra Talhada
Dia - 25 de agosto
Sala dos Advogados José Rodrigues da Silva
Local - Fórum da Justiça Comum



São José do Belmonte

Circunscrição de Serra Talhada
Dia - 25 de agosto
Sala dos Advogados Evandro Lins e Silva
Local - Fórum da Justiça Comum



Buíque

Circunscrição de Arcoverde
Dia - 4 de setembro
Sala dos Advogados Galba Moura Cursino
Local - Fórum da Justiça Comum



Belém do São Francisco

Circunscrição de Salgueiro
Dia - 5 de setembro
Sala dos Advogados Délio Lustosa Cantarelli
Local - Fórum da Justiça Comum



Salgueiro

Dia – 6 de setembro
Sala dos Advogados Manoel Adernil Januário
Local - Justiça do Trabalho



Pombos

Circunscrição de Vitória de Santo Antão
Dia – 14 de setembro
Sala dos Advogados Josias Gomes de Oliveira
Local – Fórum da Justiça Comum



Chã Grande

Circunscrição de Vitória de Santo Antão
Dia – 14 de setembro
Sala dos Advogados Mayr Maranhão Lapenda
Local - Fórum da Justiça Comum



Bom Jardim

Circunscrição de Limoeiro
Dia – 14 de setembro
Sala dos Advogados Otávio Correia de Araújo
Local – Fórum da Justiça Comum



Limoeiro

Dia – 14 de setembro
Sala dos Advogados Valdemar Cosme da Silva
Local – Fórum da Justiça Comum



Jaboatão dos Guararapes

Dia – 15 de setembro
Sala dos Advogados
Local – Juizado Especial Universitário Criminal da Faculdade dos Guararapes



Cabo de Santo Agostinho

Dia - 24 de agosto
Sala dos Advogados Marivaldo Burégio de Lima
Local - Justiça do Trabalho



Afogados da Ingazeira

Dia - 9 de setembro
Sala dos Advogados José Rabelo de Vasconcelos
Local - Sede da Subseção



São José do Egito

Circunscrição de Afogados da Ingazeira
Dia - 9 de setembro
Sala dos Advogados José Soares da Silva
Local - Fórum da Justiça Comum



Ferreiros

Circunscrição de Timbaúba
Dia – 12 de setembro
Sala dos Advogados Celso Calógeras Dutra
Local – Fórum da Justiça Comum



Bodocó

Circunscrição de Araripina
Dia – 16 de setembro
Sala dos Advogados Pedro Modesto Bezerra
Local - Fórum da Justiça Comum



Trindade

Circunscrição de Araripina
Dia - 16 de setembro
Sala dos Advogados Raimundo Feitosa
Local – Fórum da Justiça Comum

Palestras



Serra Talhada

Dia - 25 de agosto
Palestrante - professor Antônio Carlos Palhares Moreira Reis
Tema - Direito Eleitoral
Local - Auditório da Subseção

Salgueiro

Dia - 6 de setembro
Palestrante - Professor Paulo Rodolfo de Rangel Moreira Neto
Tema - Questões Atuais do Código de Processo Civil
Local - Escola Paes e Mestres



Sertânia

Dia - 9 de setembro
Palestrante - Conselheiro Seccional Nelson Barbosa
Tema - Inovações do Código de Processo Civil
Local - Fórum da Cidade



Arcoverde

Dia - 8 de setembro
Palestrante - Diretor da ESA e vice-presidente da OAB-PE Eduardo Sertório
Tema - Direito de Família
Local - Sede da Subseção



Palmares

Dia - 19 de setembro
Visita as obras da nova sede da Subseção
Palestrante - Conselheiro Seccional Nelson Barbosa
Tema - Inovações do Código de Processo Civil

Lançamento de livros



Arcoverde

Dia - 8 de setembro
Título - No Amor e na Política, Muita "Safadage" Há
Autor - O advogado Manoel Modesto de Albuquerque Neto



Sertânia

Dia - 9 de setembro
Local - Fórum da Cidade
Título - Sentença Criminal - Método Prático e Rápido para Elaboração
Uma Solução para a Atual Crise do Sistema Penitenciário Brasileiro
Autor - O juiz de Direito Gilvan Macêdo dos Santos

Reuniões



Araripina

Dia - 7 de setembro
Reunião de trabalho com advogados da região



Cabo de Santo Agostinho

Dia - 24 de agosto
Reunião de confraternização com os advogados da região



Timbaúba

Dia - 12 de setembro
Posse da Subcomissão de Apoio ao Advogado Iniciante de Timbaúba
Local - Sede da Subseção



Paulista

Dia - 15 de setembro
Entrega da Medalha João Alexandre de Almeida Alves aos destaques jurídicos do ano
Local - Fórum da Cidade



PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



PROFESSORES E MATERIAL DIDÁTICO EXCLUSIVOS

A Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas - Direito Rio, com o objetivo de ofertar ao País um inovador conceito de ensino jurídico - tendo seu programa aprovado pela OAB e pelo MEC com grau máximo em todos os quesitos -, criou um novo paradigma na transmissão do conhecimento do Direito no Brasil. Um curso diferenciado para profissionais diferenciados.

2º SEMESTRE 2006

Direito Empresarial

Informações
(81) 2128.8000
www.cbpe.com.br



NOVO ENDEREÇO:
AFOGADOS
Estrada do Bonfim, 425



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Relação das Subseções



Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190
 Presidente Gilberto Costa (87) 9938-4140
Araripina (87) 3873-0457
 Presidente Éris Freire (87) 9995-2196
Arcoverde (87) 3821-0457
 Presidente José Maria de Araújo
Barreiros (81) 3675-1251
 Presidente José Antônio de Araújo (81) 9986-1139
Belo Jardim (81) 3726-2283
 Presidente Gilvandro Estrela (81) 9981-4980
Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042
 Presidente Geny Lyra (81) 8801-3125
Carpina (81) 3621-0234
 Presidente Jorge Lapa (81) 9617-2086 // 9112-9750
Caruaru (81) 3721-0459
 Presidente Margarida Cardoso (81) 9981-1480
Garanhuns (87) 3761-1478
 Presidente Luiz Jardim (87) 9988-3721
Goiana (81) 3626-0805
 Presidente Cândido Ferreira Lima (81) 9112-6130
Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987
 Presidente Fernando Araújo (81) 9977-3028
Limoeiro (81) 3628-1002
 Presidente Francisco Vasconcelos (81) 9972-2196
Olinda *fone/fax* (81) 3439-6705
 Presidente Clóvis Bastos (81) 9974-7676
Palmares (81) 3662-2180
 Presidente Dora Melo (81) 9109-1781
Paulista (81) 3433-0825
 Presidente Angelita Moraes (81) 9977-2951
Pesqueira (87) 3835-3011
 Presidente Helder Valença (87) 9921-9421
Petrolândia (87) 3851-1168
 Presidente José Dantas (87) 9991-5266
Petrolina (87) 3861-2400
 Presidente Wagner Mororó (87) 9998-1893
Salgueiro (87) 3871-0516
 Presidente Péricles Rosa Soares (87) 9995-4321
Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518
 Presidente Roberto Soares (81) 9205-9412
Serra Talhada (87) 3831-2333
 Presidente Jânio Carvalho (87) 9991-1728
Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885
 Presidente Carlúcia Lapenda (81) 9175-5807
Timbaúba (81) 3631-0181
 Presidente Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496
Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008
 Presidente Washington Amorim (81) 9971-4738

OAB-PE Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
 CEP 50.010-240 - S. Antônio - Recife - PE
 Fone: (81) 3424-1012

Van Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

9h20	OAB-PE	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA
10h10	JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
10h40	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	OAB-PE (CIRCULAR TRF)
12h	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
12h30	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
13h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)
14h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE
14h30	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
14h50	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
15h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)
16h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE
16h30	OAB-PE (CIRCULAR TRF)	FÓRUM DE OLINDA
16h50	FÓRUM DE OLINDA	FÓRUM DE PAULISTA
17h30	FÓRUM DE PAULISTA	FÓRUM DE OLINDA
18h	FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	OAB-PE

Van Linha Sul (Recife/Jaboatão/Cabo/Ipojuca)

9h	OAB-PE	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
10h20	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO	JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA
11h30	JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
12h10	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
12h50	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO	OAB-PE
14h30	OAB-PE	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE
15h	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS
15h15	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS	FÓRUM JABOATÃO
15h30	FÓRUM JABOATÃO	FÓRUM CABO
16h10	FÓRUM CABO	FÓRUM JABOATÃO
16h45	FÓRUM JABOATÃO	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE
17h	JUIZADO ESPECIAL PIEDADE	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS
17h15	JUIZADO ESPECIAL CANDEIAS	OAB-PE

Van Linha Recife - Caruaru

6h	CENTRO - CARUARU	ENC. SÃO JOÃO
6h20	ENC. SÃO JOÃO	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL
6h30	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL	GRAVATÁ - RODOVIÁRIA
7h10	GRAVATÁ - RODOVIÁRIA	POMBOS - POSTO ASA BRANCA
7h30	POMBOS - POSTO ASA BRANCA	VITÓRIA - RODOVIÁRIA - POSTO BR
7h45	VITÓRIA - RODOVIÁRIA POSTO BR	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA
8h5	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
8h30	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
10h	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
11h	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
12h30	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
13h	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
14h	OAB-PE - RECIFE	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE
14h30	TERMINAL RODOVIÁRIO - RECIFE	OAB-PE - RECIFE
16h30	OAB-PE - RECIFE	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA
17h5	MORENO - POLÍCIA RODOVIÁRIA	VITÓRIA - RODOVIÁRIA - POSTO BR
17h25	VITÓRIA - RODOVIÁRIA POSTO BR	POMBOS - POSTO ASA BRANCA
17h40	POMBOS - POSTO ASA BRANCA	GRAVATÁ - RODOVIÁRIA
17h50	GRAVATÁ - RODOVIÁRIA	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL
18h5	BEZERRAS - CENTRO CULTURAL	ENC. SÃO JOÃO
18h15	ENC. SÃO JOÃO	CENTRO - CARUARU

Horário da Van Recife I

10h	OAB-PE / TRT	TRT
10h30	TRT	OAB-PE
12h	OAB-PE / TRT	FÓRUM RECIFE
12h30	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
14h50	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
15h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
16h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
16h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
16h50	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
17h40	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
18h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE

Van Recife I - Especial sexta-feira

09h30	OAB-PE / TRT	JUSTIÇA FEDERAL
10h30	JUSTIÇA FEDERAL/TRT	OAB-PE
12h	OAB-PE / TRT	FÓRUM RECIFE
12h30	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h30	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h30	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
16h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
17h	OAB - PE	FÓRUM RECIFE
17h30	FÓRUM RECIFE	OAB - PE

Horário da Van Recife II

9h20	OAB-PE / TRT	TRT Sudene
10h20	TRT Sudene	OAB-PE
12h15	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
12h45	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h45	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
15h05	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
15h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
16h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
17h05	OAB-PE	JUSTIÇA FEDERAL
17h55	JUSTIÇA FEDERAL	OAB - PE

Van Recife II - Especial sexta-feira

09h	OAB-PE / TRT/ JUSTIÇA FEDERAL	TRT Sudene
09h50	TRT Sudene	JUSTIÇA FEDERAL/TRT/OAB-PE
12h15	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
12h45	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
13h45	JUSTIÇA FEDERAL	FÓRUM RECIFE
14h15	FÓRUM RECIFE	OAB - PE
14h45	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
16h15	FÓRUM RECIFE	JUSTIÇA FEDERAL
16h30	OAB-PE	FÓRUM RECIFE
17h	FÓRUM RECIFE	OAB - PE